

O edifício do Seminário de S. José e Paço Episcopal em Miranda do Douro. Subsídios para o estudo da arquitectura civil nos séculos XVII e XVIII

Luís Alexandre RODRIGUES

Resumo

A formação dos clérigos e a residência dos bispos nas suas dioceses contam-se entre as decisões tomadas no Concílio de Trento, as quais, pela sua importância, tiveram consequências na diocese de Miranda do Douro. Publicitada em algumas cidades de Portugal e Espanha, a obra do novo edifício para alojar o Seminário de S. José e o Paço Episcopal foi arrematada pelo mestre pedreiro Manuel Quaresma. Provavelmente, na sua execução orientou-se por uma planta de Teodósio de Frias, arquitecto que também deve ter desenhado a capela maneirista da Imaculada Conceição na igreja do mosteiro de S. Francisco, da cidade de Bragança. Embora os preparativos tivessem começado nos alvares de seiscentos, a empreitada diocesana arrastar-se-ia quase até ao final da centúria.

Palavras Chave:

Miranda do Douro, Seminário, Paço episcopal; Manuel Quaresma, Teodósio de Frias

Abstract

The training of clergy and the residence of bishops and their «family» are among the decisions held in the Trento Council, which, through their importance, had consequences in the Portuguese diocese of Miranda do Douro. Advertised in some Portuguese and Spanish towns, the new building to house S. Joseph Seminary and the bishop residence was contracted by the master mason Manuel Quaresma, who probably followed a plan by Teodósio de Frias, architect that must also have drawn the mannerist Imaculada Conceição chapel of S. Francisco monastery church, in Bragança. In spite of being prepared since the dawn of the 1600's, the enterprise would take place almost till the end of the century.

Key words:

Miranda do Douro, Seminário, Paço episcopal; Manuel Quaresma, Teodósio de Frias

Introdução

Ainda que se possa estabelecer alguma relação entre os propósitos que norteavam as escolas medievais que se organizaram à sombra de algumas catedrais e os seminários, a verdade é que a criação destas instituições de ensino resultou de novas inquietações que se conjugavam com a necessidade de se responder às linhas de ruptura que ameaçavam a unidade da igreja pré-tridentina. Aos ataques com base no tipo de comportamentos, juntavam-se as críticas que argumentavam com graves deficiências nos campos teológico, ético e formação intelectual dos clérigos. Em 1536, quando já se preparava o Concílio de Trento, Paulo III Farnese (1534-1549) chegou a constituir uma comissão especial¹, para analisar esta matéria. Todavia, no capítulo das decisões efectivas, seria preciso esperar até 1563 altura em que na XXIII sessão conciliar de 15 de Julho se apontava aos bispos a obrigatoriedade de fundarem² nas suas dioceses uma escola onde alguns jovens, desejosos de seguirem o sacerdócio, pudessem adquirir as competências que se julgavam necessárias. Paralelamente, a questão da residência dos prelados, pela importância de que se revestia face aos problemas do absentismo, também mereceria tratamento detalhado sendo os bispos obrigados a residirem nas respectivas dioceses.

Em Portugal foi o arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires quem fundou em Braga o primeiro seminário. Em 1566, quando o eclesiástico dominicano convocou para o IV sínodo de Braga³ os antístites de Coimbra, Porto, Viseu e Miranda do Douro, por serem seus sufragâneos, o assunto foi aí afluído. D. António Pinheiro, titular da diocese nordestina, terá, então, mostrado interesse em instituir na cidade de Miranda do Douro um seminário com capacidade para quarenta escolares, apesar de já existir em Bragança um colégio sob a invocação de S. Pedro que os padres da Companhia de Jesus administravam⁴.

A fundação

Apesar de tudo, a questão da fundação arrastar-se-ia até 1600, época em que o bispo D. Diogo de Sousa comprou⁵ o terreno para a edificação do seminário. Ao mesmo tempo tratava da sua sustentação, estabelecendo a obrigatoriedade dos benefícios e comendas contribuírem com dois por cento dos respectivos rendimentos. E como não fosse suficiente o apuro também as rendas do Colégio de S. Pedro, essencialmente provenientes das terças das igrejas de Rebordão, Faílde e Carocedo, seriam orientadas para o seminário de Miranda. Em consequência, a Mesa Episcopal pagaria anualmente para o seminário o valor de cem mil réis, quantia que ainda vigorava na centúria de setecentos⁶. A estas receitas devem somar-se os valores cobrados nas abadias e os

¹ BORROMEIO, 1997:66

² BORROMEIO, 1997:66

³ Principiando a oito de Setembro, durou sete meses e, deste sínodo «sahirão constituições excellentes para a reformação dos costumes, e estado ecclesiastico, e melhor serviço das igrejas». CUNHA, 1742:199; CARDOSO, 1994: 179-180; CASTRO, 1946:311

⁴ Mais tarde o colégio da Companhia de Jesus seria dedicado ao Santíssimo Nome de Jesus.

⁵ A.D.B., *Cabido, Livro do padroado das igrejas do Cabido (1735-1755)*, Cx.4, Lv. 21, fl. 112

⁶ RODRIGUES, 2001:311

40.000 réis que oneravam anualmente os cônegos do Cabido. Com o procedimento enunciado, o Colégio de S. Pedro seria descapitalizado e a sua viabilidade posta em causa.

Com a liquidez obtida, seria possível, em 1607, iniciar as obras de um edifício novo que se projectava para dar resposta cabal ao funcionamento de um seminário e que nas suas alas albergaria igualmente o paço episcopal. A transferência de D. Diogo de Sousa para o arcebispado de Évora não parece ter favorecido as expectativas criadas, especialmente no que respeitava às salas de aula e celas para os seminaristas, uma vez que no tempo de D. José de Melo (1609-1611), que lhe sucedeu na cadeira episcopal, alguns documentos apenas fazem eco da intenção de se organizar o seminário «em huas cazas per eço suffecentes⁷». Apesar de terem sido adquiridas pelo bispo, à luz das notícias conhecidas, apenas ofereciam comodidades sofríveis. Devia ser neste edifício que o seminário estava instalado em 1614, ano em que se abriram concursos de frequência para doze alunos, número que dava expressão a uma realidade muito menos optimista do que aquela que prometia D. António Pinheiro na reunião de Braga.

Neste quadro, enquanto não se edificava um paço episcopal adequado ao novo papel e aos poderes reforçados dos bispos, os senhores prelados habitavam numa casa pertencente à fábrica da catedral que, pela antiguidade ou tipo de construção, obrigava a reparações frequentes, o que implicava muitas despesas a que o Cabido tinha de fazer face. Os gastos, quase constantes, as modificações que a seguir à sua posse os novos bispos algumas vezes não deixariam de exigir e os períodos em que não se recebiam rendas, por se verificar a vacatura episcopal, representavam mais prejuízo que proveito para a fábrica. Daí a decisão do seu emprazamento à Mesa Episcopal. Este processo arrastar-se-ia até ao tempo de D. Jorge de Melo (1628-1636) e na decisão final intervieram como juízes executores apostólicos o Doutor António de Faria e o Licenciado Manuel Vieira, respectivamente deão e provisor e vigário geral da diocese de Lamego. Dos autos que então se produziram, colhe-se a localização e ainda algumas características da habitação dos bispos:

«mostrasse que à dita fabrica pertencem huas casas sitas na dita cidade defronte da porta travessa da dita See, as quais são sobradadas e tem suas varandas por detras com seu quintal e de hua banda partem com casas do mesmo bispado e com houtras confrontações [...]; mostrasse que nas ditas casas em todo ho tempo atras moravão os senhores prelados nellas por aluguer certo e determinado; mostrasse que muitas vezes e de ordinario fazião obras nas ditas casas em que se consumia o aluguer todo muitas vezes não ficava a fabrica cousa nenhua e isto era de ordinario, porque como são grandes, não se passa anno em que não seja necessario fazerem se lhe obras;

⁷ A.D.B., Cabido, *Assento que se tomou em Cabbido pleno sobre a ercção e fundação do seminário e collegio da Companhia de Jesus, nesta cidade de Miranda*, Cx.1, Lv.4, fl. 121

mostrasse que he grande e evidente proveito pera a fabrica emprazar em perpetuo as ditas casas com foro certo ficando no emphiteuta obrigação de fazer as despezas necessarias as casas e o foro ser livre pera a dita fabrica; mostrasse que o dito reverendo Cabido tem feito acordo e pera melhor dizer emprazado as ditas casas ao Senhor bispo Dom Jorge de Mello em perpetuo com foro de quatorze mil reis cada ano pera a fabrica da dita See e toma sobre si o dito Senhor bispo e seus sucessores o que for necessario pera concerto das ditas casas e seu reparo de modo que o dito senhor bispo e seus sucessores ham de pagar a dita fabrica o dito foro de quatorze mil reis em prazo em salvo e elle senhor e seus sucessores farão as benfeitorias que forem necessarias pera as casas a sua custa⁸».

O facto de no início de 1636 esta casa continuar emprazada ao bispo⁹ parece significar que o seminário e o paço episcopal eram ainda realidades distintas por se referenciam em edifícios independentes. Mesmo algumas medidas e pagamentos como a eleição¹⁰ de um representante do Cabido, o cónego Manuel de Oliveira de Escobar, com o objectivo de «assistir» às contas do seminário, ou o pagamento de 3.018 réis que, em Fevereiro de 1637, o cónego Manuel Antunes de Paiva efectuou «ao mestre das obras de hu conserto que se fez nas casas episcopais¹¹» são relativamente ambíguas por não identificarem o campo de incidência. Mais esclarecedora parece ser a notícia, datada de Dezembro de 1641, que dá nota de um gasto de 26.702 réis por conta de obras¹² realizadas na residência dos prelados. Um montante que pode indiciar alguma agitação no estaleiro da obra destinada a seminário e paço.

No desenvolvimento do projecto do novo edifício, ganhava notoriedade religiosa e social o problema do seminário não somente por emanar da reforma tridentina mas ainda pelos entraves que os cónegos, em conluio com outros beneficiados, levantavam como oposição à contribuição que lhes foi lançada como forma de se reforçar a capacidade financeira do fundo que geria a obra. Apesar das dificuldades, a directiva de Trento continuava viva e era matéria que não permitia o esmorecimento da atenção dos prelados que sucederam a D. Jorge de Melo. Por isso, é importante o texto de um «Assento que se tomou em Cabbido pleno sobre a erecção e fundação do seminario e

⁸ RODRIGUES, 2001: 354-355

⁹ Cabido, Cx. 1, Lv. 4, fl. 60

¹⁰ Com esta finalidade, o cónego Manuel de Oliveira Escobar foi eleito na sessão realizada em 1 de Outubro de 1633. Mas, em 7 de Novembro, por haver inconveniente na nomeação deste deputado, o bispo ordenou nova escolha de que resultou a eleição do arceidiago da Sé, o cónego Dionísio de Carvalho, para exercer aquelas funções. A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 4, fl. 52v

¹¹ A.D.B., Mitra, Cx. 6, Lv. 55, fl. 24v

¹² A.D.B., Mitra, Cx. 6, Lv. 56, fl. 35v

collegio da Companhia de Jesus, nesta cidade de Miranda¹³, cujo conteúdo, apesar de ter sido declarado sem qualquer efeito, demonstra como em Portugal, nos começos da centúria de seiscentos, já tinha raízes fundas a associação das instituições de ensino aos prosélitos da Sociedade de Jesus, confirma a decisão episcopal de levar adiante a obrigação que o Concílio estipulou e, ao mesmo tempo, evidencia a má vontade e azedume por arte de alguns dignitários eclesiásticos em relação à nova obra. Esta atitude surpreende-se nas linhas do mesmo «Assento» quando os capitulares, sob a capa de um pretenso pragmatismo, criticavam o bispo, registando a sua disposição em:

*«fazer cazas com mais ostentação do que hera
necessario pera seminario, não bastando as rendas,
per a obra, e fabrica della¹⁴».*

Apesar de várias contrariedades, nos anos de 1615 e 1616, altura em que D. João da Gama tutelava a diocese de Miranda do Douro, a obra do seminário recebeu um impulso decisivo pois, de acordo com os termos de um «Memorial que fas Manoel Coresma ao Senhor Dom Frei João de Valladares Bispo illeito de Miranda sobre as obras do siminario¹⁵», através de editais afixados em Lisboa e nas cidades castelhanas de Zamora e Salamanca, publicitou-se a arrematação da empreitada relativa a pedraria. Escusado será dar conta da importância destas cidades, especialmente de Lisboa e de Salamanca, no que respeita à encomenda e às capacidades técnicas e inventivas dos principais mestres que aí asseguravam a realização dos empreendimentos de maior volume. Nesta medida, percebe-se que a empreitada que se propunha para Miranda do Douro colocava exigências e requisitos a que só os práticos bem apetrechados podiam responder.

Disponibilizando as principais notícias sobre esta matéria, o «Memorial» a que aludimos nada diz sobre o caderno de encargos e sobre os responsáveis pelo projecto. Contudo, sabemos que foi Manuel Quaresma quem arrematou a obra e que a escritura foi passada a escrito em 16 de Fevereiro de 1616, provavelmente nas notas de algum tabelião de Lisboa.

Ao mestre pedreiro Manuel Quaresma, que vivia em Lisboa, reconhecia-se elevado prestígio técnico porque usava como ofício principal o de «medidor das obras» que nesta cidade e no seu aro corriam. Em Lisboa, por exemplo, em Setembro de 1616 e na companhia de Diogo Vaz, mestre pedreiro, avaliou os trabalhos do mosteiro de Nossa Senhora da Penha de França, empreitada efectuada pelo mestre pedreiro Adrião João segundo o risco¹⁶ do arquitecto Teodoro de Frias. Mas também era executante como se conclui da arrematação, celebrada em Julho de 1625, de uma residência para o presidente do Senado, D. Jorge de Mascarenhas. Ponto importante é o facto da planta

¹³ RODRIGUES, 2001: 321-323

¹⁴ A.D.B., Cabido, *Assento que se tomou em Cabbido pleno sobre a ercção e fundação do seminário e collegio da Companhia de Jesus, nesta cidade de Miranda*, Cx.1, Lv.4, fl. 121; RODRIGUES, 2001: 321-323

¹⁵ A.D.B., Cx. 58, doc. 37

¹⁶ VITERBO, 1988: 33

ter saído da mão de Teodósio de Frias. Mas os seus relacionamentos profissionais também se aproximavam de Pedro Nunes Tinoco, o arquitecto que deu o risco e dirigiu a obra dos Paços Arcebispais de Lisboa que Manuel Quaresma viria a executar (1630) em parceria com Estácio Correia, mestre pedreiro, com Manuel Correia, carpinteiro, e com os ladrilhadores Domingos Martins e João do Porto. Ainda em 1630, Manuel Quaresma e o carpinteiro Manuel Correia encarregar-se-iam das reparações que D. Miguel de Noronha, que foi vice-rei da Índia, mandou realizar na sua casa. Mais uma vez, a planta e a direcção dos trabalhos seriam da responsabilidade de Pedro Nunes Tinoco¹⁷.

O anúncio da obra através da afixação de editais em Lisboa, a presença de Manuel Quaresma em Miranda do Douro e o conhecimento da existência de relações profissionais com os arquitectos Teodósio de Frias e Pedro Nunes Tinoco já antes tinham suscitado no nosso espírito a possibilidade da traça¹⁸ para o edifício do seminário e paço episcopal ter sido produzida em Lisboa. Tal suposição parecer-nos-ia mais plausível num estudo em que procuramos destacar os contributos artísticos¹⁹ de estrangeiros na região ocidental de Trás-os-Montes. De facto, quando A. Mourinho publicitava um documento que comprovava o pagamento no ano de 1614 a Gregório Fernandez e a Francisco Velasquez por terem trabalhado no retábulo-mor da catedral também se mencionava o nome de Teodósio de Frias que os membros do Cabido mirandês mandaram chamar a Carrazedo, uma povoação serrana nas imediações de Bragança de que era abade Teodósio Pascoal, seu irmão. A solicitação a Teodósio de Frias decorria da necessidade que o Cabido mirandês tinha de se certificar que o retábulo da Sé tinha sido executado com a qualidade técnica e arquitectónica previamente estipulada. Todavia, a nosso ver, a mesma solicitação só tem lógica se aceitarmos que pelo menos alguns dos capitulares já conheciam Teodósio de Frias e que o associavam à prática da arquitectura. Nesta perspectiva, parece-nos plausível, embora falte ainda a confirmação documental, que esse conhecimento se iniciou a partir do momento em que se deu corpo à decisão de se fazer avançar a obra do seminário e paço episcopal de Miranda cujo projecto inicial só pode ter saído da mão do descendente de Nicolau de Frias.

De resto, a presença de Teodósio na região de Bragança legitima a hipótese de também se lhe dever a traça de uma capela maneirista²⁰ existente no lado do Evangelho da igreja do mosteiro de S. Francisco, em Bragança. Dedicada à Imaculada Conceição, foi instituída por Pascoal de Frias, abade de Carrazedo, e aí se celebrou pela primeira vez a festa da Imaculada Conceição em 8 de Dezembro de 1620. As referências ao programa pictórico da abóbada, às lâminas e a algumas dezenas de quadros de Roma juntamente com várias relíquias e outros ornatos atestam a riqueza da sua fábrica.

Como se disse, a escritura da obra do seminário foi arrematada em 1616, no tempo de D. João da Gama. Foi este bispo que aceitou os desenhos que lhe foram apresentados e deu ordem ao tesoureiro do seminário para pagar a Manuel Quaresma,

¹⁷ SERRÃO, 1984/1988: 86-92

¹⁸ RODRIGUES, 2001: 316

¹⁹ RODRIGUES, 2006: 97-98

²⁰ RODRIGUES, 1997: 424-426

que então estava em Miranda do Douro, a elevada quantia de 600.000 réis. Só que este lance evidenciaria os resultados da resistência dos cônegos. De facto, a recusa ao pagamento que lhes tinha sido imposto por serem titulares de benefícios saldava-se por uma vitória pois logo se verificou que o tesoureiro não podia satisfazer o pagamento ao mestre por não dispor da liquidez necessária. Confrontado com a insuficiência de recursos, Manuel Quaresma retirar-se-ia para Lisboa não sem antes nomear Manuel Colaço como seu procurador que mandatou para poder realizar alguns pagamentos de materiais que já tinha contratualizado.

O desejo de reactivação da empreitada seria manifestado numa carta que no ano de 1617 o bispo enviou a Quaresma dizendo-lhe que «fose corer com a obra e que fosse no Espírito Santo que vinha²¹» pois o cônego Francisco Luís, tesoureiro do seminário, tinha já em seu poder «muito dinheiro cobrado». Mas o infortúnio atingiria D. João da Gama que viria a falecer em 28 de Março deste ano. Pelas consequências, este sucesso talvez possa ser considerado como o fim do primeiro ciclo deste empreendimento.

Apesar de tudo, ainda antes do novo bispo tomar posse, Quaresma mandou dizer ao deão e ao chantre da Sé que, logo que quisessem, estava pronto para começar a obra. Receberia uma resposta cuidadosa: «amдавão com obras da Se que não querião corer com outras ate não ir bispo²²».

Ainda em 1618, D. Francisco Pereira sentar-se-ia na cadeira episcopal que ostenta as armas de D. António Pinheiro e que integra o cadeiral da capela-mor da catedral. De acordo com as palavras de Quaresma, o bispo:

«tanto que chegou que vio as acheguas na obra lamsou mão de tudo e tomou as chaves das casas velhas do siminario omde estava recolhido todas as fabricas da obra e comesou a corer com as obras gastamdo nellas todos os meus matriais que nella estavam²³».

Quadro I

Pagamentos e materiais para o seminário novo²⁴ de Miranda do Douro

«a Sebastião Fernandes e João Gomsalves camteiros deu Framcisco Luis por escritos de Manoel Collaso semto e simquoemta e simquo mil réis pera se aremcar pedraria e alvenaria que se chegou a obra muito mais	(réis) 155.000
---	-------------------

²¹ A.D.B., Mitra, *Memorial que fas Manoel Coresma ao Senbor Dom Frei João de Valladares Bispo illeito de Miranda sobre as obras do siminario*, Cx. 58, doc. s/nº

²² A.D.B., Mitra, *Memorial que fas Manoel Coresma ao Senbor Dom Frei João de Valladares Bispo illeito de Miranda sobre as obras do siminario*, Cx. 58, doc. s/nº

²³ A.D.B., Mitra, *Memorial que fas Manoel Coresma ao Senbor Dom Frei João de Valladares Bispo illeito de Miranda sobre as obras do siminario*, Cx. 58, doc. s/nº

²⁴ A.D.B., Mitra, *Memorial que fas Manoel Coresma ao Senbor Dom Frei João de Valladares Bispo illeito de Miranda sobre as obras do siminario*, Cx. 58, doc. s/nº. O documento não se apresenta datado.

a Baltasar Gomsalves e Pero Afonso Lobeiro e Julião Visemte reseberão de Francisco Luis outemta e coatro mil reis a comta da cal que avião de dar pera a dita obra da qual puserão muita	84.000
a Francisco Rodrigues Pimintel e João Aires reseberão de Francisco Luis sessenta mil so pera tijollo pera o ladrilho e emcanamentos de que puserão muita cantidade na obra	70.000
Pero Rodrigues carpenteiro resebeu de Francisco Luis vimte e coatro mil reis pera comprar madeira pera amdaimos e simpres e faser tavoado pera elles que tudo estava na obra	24.000
Miguel Alveres pidreiro resebeu de Francisco Luis quimse mil reis pera comprar feramenta piquaretes allavancas linha cordas baldes sestos siramdas fabrica pera a obra o que tudo se meteu nas casas velhas do siminario	15.000
soma o dinheiro que se deu a comta da provisão tresentos e coremta e outo mil reis e de todo esse dinheiro se derão conhesimentos os omes que o reseberão com fiadores abonados os coais entreguarão as acheguas na obra como se sabe».	348.000

Mas a iniciativa do novo prelado não se ficaria por aqui já que mandou um mamposteiro à vila de Torre de Moncorvo chamar o prestigiado Domingos da Fonseca, notificando-o para fazer a obra «de jornal». Sendo certo que o «Memorial» que vimos seguindo nos informa que Manuel Quaresma «tinha dado prasaria» nesta realização ao mestre de Torre de Moncorvo também é verdade que Domingos da Fonseca, reconhecendo a sua posição secundária, talvez estabelecida em acordos prévios, respondeu a D. Francisco Pereira «que de jornal a não queria fazer» porque sabia muito bem «que ella estava contratada e tinha mestre²⁵». Posição que também descobre o papel de Domingos da Fonseca enquanto representante dos interesses de Manuel Quaresma na relação com a parte contratante, especialmente tendo em vista a esperança de contribuir para a normalização do caso pela via do esclarecimento de direitos e de obrigações dos comitentes. Para a mesma finalidade, a pedido do empreiteiro, também tiveram intervenção mediadora Frei Bartolomeu de Santo António

²⁵ Tratando-se de resolver algumas questões relacionadas com a utilização de materiais que Quaresma tinha juntado para a obra, os órgãos de direcção diocesana solicitaram, entre outros papéis, uma cópia do contrato de arrematação. Mais tarde, numa carta ao bispo D. João de Valadares (1621-1627), o empreiteiro de Lisboa declarava ter entregue todos os documentos que lhe pediram. Como de verificavam dificuldades em dar conta dos mesmos, esclarecia: «tudo se lhe deu (a D. Francisco Pereira) e deve estar a recado e guardado e Domingos da Fonseca a quem tudo foi dirigido com precurasão minha dira omde estão esses papeis ou a quem os entregou». A.D.B., Mitra, *Memorial que fas Manoel Coresma ao Senbor Dom Frei João de Valladares Bispo illeito de Miranda sobre as obras do siminario*, Cx. 58, doc. s/nº

e o Conde da Vidigueira. Só que o falecimento de D. Francisco Pereira implicou o protelamento da regularização das contas. Mas a circunstância de D. João de Valadares só ter entrado na cidade de Miranda do Douro na Primavera de 1622 não significou que o tema do seminário tivesse caído no esquecimento. Na verdade, logo nos primeiros dias do ano de 1621, em reunião plenária, os capitulares analisaram o problema e concordaram:

«que as obras do seminario corresse por diante, e Diogo Pita fosse sobreintendente destas obras pera o que lhe assinarão vinte, e cinco mil reis de ordenado em cada hu anno²⁶».

Em Maio o assunto seria novamente objecto de discussão como testemunha um acórdão do Cabido ao registar que se «corresse a obra do seminario». Diga-se, contudo, que tal decisão não reunia a unanimidade dos votos dos capitulares. Informado dos novos desenvolvimentos, Manuel Quaresma diligenciou para que o novo eleito desatasse os nós que teimavam em enredar a progressão da empreitada que tinha arrematado. Por isso, no «Memorial» que endereçou ao novo prelado, escreveu:

«Vossa Senhoria por bem de que a obra cora na forma do meu comtrato com as comdesois e cllauzullas delle pera que meu parseiro asenara todo o dinheiro que he despendido asim em jornais como em acheguas que mais vierão a a obra ira por diamte na conformidade do comtrato fasededo se a medição della depois de acabada ou cada ves que Vossa Senhoria quiser e com isto ivitara Vossa Senhoria demandas que pode aver».

A documentação conhecida não nos dá balanço para podermos esclarecer com pormenor esta declaração de intenções e as suas consequências. No entanto, em 1657, durante um longo período de *sede vacante* (1636-1672), os membros do Cabido, cientes do normativo tridentino que obrigava à criação de seminários nas dioceses, encetaram negociações com os padres da Companhia de Jesus no sentido de transferirem para estes as obrigações com a formação de novos seminaristas. Um documento como o «Assento que se tomou em Cabbido pleno sobre a erecção e fundação o seminario e collegio da Companhia de Jesus, nesta cidade de Miranda», datado de 7 de Abril de 1657, dá conta, além de encorpadas indefinições e hesitações, da existência de dificuldades negociais.

Porém, mais do que o acompanhamento e análise das expectativas que se depositavam na acção dos jesuítas que, sublinhe-se, nunca chegaram a instalar-se em Miranda, interessam-nos sobretudo os elementos que tenham importância para uma

²⁶ A.D.B., Cabido, Cx,1, Lv.3, fl. 115; CASTRO, 1946: 305

aproximação aos desenvolvimentos que possam auxiliar à compreensão do programa arquitectónico e a esclarecer o uso da edificação. Valores que suscitavam reacções contraditórias no círculo dos cônegos do cabido já que, se por um lado, resistiam, com os acicatados comendadores, ao pagamento da taxa de dois por cento, por outro lado, mostravam-se apreensivos por incorrerem na inobservância da cláusula conciliar tanto mais que, como reconheciam, «sendo esta cidade (de Miranda do Douro) cabeça de bispado, e da provincia de Tras os Montes não ha nella, nem sette legoas ao redor neste reino de Portugal, convento de religiosos²⁷».

Constatação que por ser óbvia corria o risco de ser entendida como um sinal de falta de zelo no governo da diocese visto «não haver os taes seminaristas há mais de trinta e cinco anos». Portanto, desde 1622 que não se cuidava da preparação de novos clérigos em solo mirandês. Conclusão que mostra a força da oposição ao andamento da nova obra apesar de, em 1657, os cônegos admitirem canalizar dinheiro para as mãos «dos religiosos que com ella correrem» até que, no prazo de quatro anos, se desse como concluída. Uma vez terminada, admitia-se, «logo virão pera elle os religiosos, e se formara collegio e seminario²⁸». Bulindo com os interesses dos jesuítas, particularmente com as rendas do colégio de Bragança, donde esperavam retirar cem mil réis anuais, os intentos da hierarquia diocesana não se concretizaram pelo que nem a obra do seminário novo avançava, apesar das grandes despesas efectuadas, nem o seminário antigo reabria as suas portas «de que se seguia grande escândalo neste bispado e falta de ministros que pudessem aproveitar com exemplo, e doutrina ao bem das almas de todo o bispado²⁹». Em consequência, as dignidades e cônegos decidiram, *nemine discrepante*, alterar comportamentos. Por isso determinaram que:

«logo se elejessem oito seminaristas, cujo numero ao diante se ampleara conforme as rendas deduzidas do ditto seminário e que juntamete pera seu serviço terião hum familiar, e hum cozinheiro, e moço de cozinha e pera que os dittos seminaristas sejam bem instituidos, e doutrinados e governados conforme os estatutos do mesmo seminario assentamos que houvesse hum reitor cujo salario se declarara nos dittos estatutos, e que os seminaristas, que entrassem neste seminario sejam limpos, cristãos velhos sem notta infecta nação, nem tenham comettido crime, per onde corrão em infamia, e que os taes seminaristas que se elegerem sejam de idade de doze, ate dezoito annos»

Desta forma, o cônego António Martins, que secretariou esta reunião realizada em Dezembro de 1637, podia concluir a redacção do assento, afiançando que «por este modo houverão os dittos senhores per reformado e erigido o ditto seminário na

²⁷ A.D.B., Cabido, *Assento que se tomou em Cabbido pleno sobre ...CX.1, Lv. 4, fl. 121*

²⁸ A.D.B., Cabido, *Assento que se tomou em Cabbido pleno sobre ...CX.1, Lv. 4, fl. 122v*

²⁹ A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 4, fls. 127-127v

forma do sagrado concílio tridentino³⁰. Sendo certo que alguns dos seminaristas aqui formados puderam, anos depois, dar continuidade à catequese, também é verdade que as escassas referências conhecidas apontam uma outra conjuntura negativa. É por isso importante a informação que D. Frei José de Lencastre enviou, quando já estava em vias de ocupar a cátedra de Leiria, em Dezembro de 1681, ao cardeal Cibo, Secretário de Estado de Inocêncio XI, reportando a situação do seminário:

«restaurei o Seminário que havia mais de vinte anos estava suspenso pela má administração do Cabido; e, em nenhum outro bispado é mais necessário o dito Seminário que no de Miranda, pois é aquele em que faltam mais todos os meios para serem instruídos nas ciências, como no exercício das virtudes e bons costumes [...]. Monsenhor arcebispo de Calcedónia, Núncio nestes reinos, tem-me ajudado muito nesta restauração e ainda a vencer as dificuldades que ainda se oferecem³¹».

O edifício

A nova edificação do seminário e paço episcopal implantava-se em terrenos contíguos à capela maior da Sé e na vizinhança de um segmento da muralha sobranceiro à antiga turbulência das águas do Douro. Adaptando-se à geometria de um quadrado de duvidosa esquadria, os seus dois pisos desenvolviam-se em torno de um pátio ou claustro que tinha na sua zona central um poço-cisterna com boca hexagonal e com as superfícies ornamentadas com gordos ornatos que, na sua movimentada agitação, se filiam nos figurinos que se transpuseram para retábulos ou púlpitos de igrejas. O nome de D. João de Sousa Carvalho, que governou a diocese entre 1716 e 1737, figurando numa inscrição, atesta as preocupações com o alindamento e, provavelmente, com a melhoria do aprovisionamento de água na cisterna, obra de importância essencial que se começou a abrir³² em 1657.

O claustro tinha dois níveis que se apresentavam bem marcados por um cordão que sobressaía sobre os fechos dos arcos que ritmavam o piso térreo. Esta arcada de perfil abatido mostrava cinco vãos e assentava em pilares de base quadrada com socos escassamente alteados. Já na galeria superior, apenas as janelas de molduras lisas, que correspondiam com os arcos inferiores e assentavam directamente a pedra da soleira na moldura que separava os dois pisos, rasgavam a lisura dos paramentos.

Na ala Nascente ficava o seminário. Tinha cozinha própria, refeitório e salas de aulas. No sobrado, as celas dos seminaristas organizavam-se ao longo de um corredor que uma escadaria de um só lanço articulava com o pavimento inferior. Nos

³⁰ A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 4, fls. 127-127v

³¹ CASTRO, 1947: 117

³² RODRIGUES, 2001: 331-333

compartimentos do sobrado da ala Poente deviam alojar-se as pessoas que eram tidas por familiares dos bispos. E na zona central da fachada de tardoz, a amplitude de um balcão aí existente não só contrariava a secura das superfícies parietais como devia oferecer, pela exposição a Sul, o aconchego das tardes ensolaradas do longo Inverno

No interior, muitas vezes as escadarias desempenham o papel de articulação dos acessos entre os pisos. Função estruturante que tem determinado a imaginação dos projectistas e comitentes a tirarem partido dos efeitos dinâmicos na potenciação do jogo das possibilidades teatrais com o simbolismo da representação social. No entanto, no paço dos bispos de Miranda do Douro nenhuma característica ou elemento nos distrai das funções essenciais da escadaria. Nem o espaço de arranque nem o desenvolvimento dos escalões nem qualquer outro sinal indiciam a ambição do aparato. Mesmo a capela, onde em meados do século XVIII trabalhou³³ o mestre entalhador

João Duarte Pinto, era servida por uma escadaria lançada ao arrepio da largueza de espaço.

Se as funções a que se destinava definiam a identidade deste casarão também a sua desornamentação apregoava a austeridade que convinha ao estado e à imagem pública dos seus ocupantes e, quiçá, o aperto a que os cofres da Mitra foram sujeitos nas diversas fases da obra. Mesmo no portal, encimado por um nicho e por um frontão triangular, nas ventanas, enquadradas por marcos rectos e lisos, não se registaria qualquer cometimento que excedesse a frieza do absoluto desprendimento decorativo.

Com a invasão castelhana de 1711 o edifício do seminário e paço episcopal sofreria a insânia da soldadesca espanhola que escolheram as instalações que o paço oferecia e obrigaram o prelado a acomodar-se num dos compartimentos do seminário. O respeito pelo imóvel devia ter sido proporcional ao que mostraram pelo mobiliário que foram reduzindo a cinzas consoante as exigências de lume. A estas inclemências suceder-se-iam os elevados custos e a escassez na região dos materiais necessários à reposição das funcionalidades do edifício. Em 1715, na prelazia de D. João de Sousa Carvalho, titular que também teve cuidados edificatórios com as casas da Mitra³⁴ de Bragança, sabemos que já podiam assistir às aulas oito alunos, número que seria aumentado para dez dois anos mais tarde.

Seja como tiver sido, com a iniciativa da nova fábrica a lista de topónimos da urbe mirandesa alargar-se-ia já que, tanto o sítio de implantação como o edifício onde as aulas inicialmente funcionaram, passaria a ser conhecido como Seminário Velho, designação que se mantinha no século XVIII como se colhe do articulado de uma escritura de emprazamento por 150 réis, celebrada em 1719, que o Cabido fez a Pedro Lopes Fortuna, «de huas cazas ao Seminario Velho³⁵». Talvez tenha sido nesta casa que nasceu Manuel Caetano Fortuna, também pintor como seu pai e patriarca de uma linhagem de artistas³⁶, onde também se inscrevem os nomes de Luís Inácio e Francisco Xavier Fortuna, com actividade no território correspondente ao actual Distrito de Bragança

³³ RODRIGUES, 2006: 57, 58

³⁴ RODRIGUES, 1994: 139-148

³⁵ RODRIGUES, 2001: 314

³⁶ RODRIGUES, 2006: 105-108

Nos anos quarenta nova campanha de obras introduzia melhorias . Por isso, em 1744, D. Diogo Marques Mourato podia informar o Vaticano que:

«no seminário contíguo ao palácio (episcopal) e chamado de S. José, foi construído de novo o dormitório, refeito com alguns melhoramentos necessários, e a capela, na qual se celebra missa, é assistida quotidianamente pelos seminaristas, que participam dos exercícios espirituais que, antes não tinham³⁷».

Reformas e melhoramentos que, em 1758, pouco anos antes da sede episcopal ser transferida para Bragança, levaram o pároco de Miranda do Douro nas respostas aos quesitos do inquérito suscitado pelos acontecimentos do terramoto de Lisboa a dar nota da presença em Miranda do Douro de:

«hum palacio episcopal grande e formozo e bem goarnecido de officinas e muito melhor de paramentos para ellas e muitas alfaias para seu adorno. No mesmo palacio há hum seminario ou collegio com o titollo de São Joze para nelle sediarem des ou doze estudantes filhos do bispado com as circunstancias ordinarias e mestres para lhes emsinar [sic] Grammatica, e Moral, e Reitor que os governe, e tem remnda certa cinquenta e oito mil e duzentos reis³⁸».

Um palácio episcopal e seminário «grande e formozo» e, acrescentamos, bem apetrechado já que relativamente ao tempo de D. Frei João da Cruz (1750-1756), quando se ampliou a capela maior da catedral, se desvalorizava a utilidade de alguns ornatos pertencentes à fábrica da Sé que estavam a uso na capela do paço episcopal, visto o:

«esplendor, e grandeza, com que se acha adornado o palácio episcopal, pois em nenhum tempo se viu tam provido, e asseado de todo o necessario, e tudo fabricado com primor, e preciosidade³⁹»

Poucos anos depois, num outro documento, lavrado em 1760 pelo reverendo Gaspar Caetano de Sá Ferreira, respeitante a um concurso de professores de Latim não somente se confirmam alguns dos testemunhos anteriores como se afina a caracterização:

³⁷ CASTRO, 1946: 309

³⁸ A.N.T.T., Dicionario geographico de Portugal, vol. 23, fl. 1008v

³⁹ A.D.B., Mitra, *Mappa de toda a despeza feita por conta das rmdas da Excellentissima Mitra deste bispado de Miranda de 20 de Outubro de 1756 dia, em que faleceo o Excellentissimo e Reverendissimo Senhor Bispo de boa memoria D. Frei João da Crux até o dia 4 de Junbo de 1758*, CX. 48, fls. 15v-16

«dentro do passo episcopal, em forma que a quarta parte de todo o palacio serve de seminario e as outras três partes servem de passo, aonde se acomodão os senhores bispos e sua familia. E pelos seus estatutos deve haver, como sempre há, hum mestre de gramática a quem o mesmo seminario paga annualmente quarenta e seis mil reis de ordenado, e dá de comer, roupa lavada, barbeiro, medico e botica e huns sapatos; e outro de moral, a quem paga quarenta mil reis de ordenado, sem outra couza alguma, e esta assiste fora do seminario. E nos baixos deste estrão as duas classes, para as quaes se entra pela porta principal do palacio⁴⁰».

Finalmente, em 1770, num processo de D. Manuel de Vasconcelos Pereira (1770-1773) podia ler-se que o paço «não necessita(va) de reparos⁴¹». Mas agora havia alterações radicais na organização da diocese as quais decorriam da decisão tomada por D. Frei Aleixo de Miranda Henriques, antigo governador do arcebispado de Braga, futuro bispo do Porto e valido, na cruzada contra os padres regulares da Companhia, do Marquês de Pombal, em mudar a sede diocesana para Bragança.

Perdidas as funções que justificaram a sua construção e sem se terem perfilado outros usos do foro eclesiástico era quase inevitável que a tropa olhasse para a mole edificada como uma boa alternativa aos arruinados aquartelamentos da praça de Miranda do Douro. Possibilidade que, admitimos, seria apoiada pela grande maioria da população não só pelo desejo de manter a guarnição, fonte de prestígio e estímulo à economia local, mas sobretudo pelo temor às despesas e aos grandes abusos que sempre se verificavam quando o sistema dos aboletamentos era decretado. Porém, tanto o sentimento de propriedade como a luta de interesses, arrastando-se no tempo, cegavam os homens ao ponto de não verem, ou de não quererem contrariar, os sinais de degradação que o tempo ia cavando.

Por isso é importante que ao peso dos testemunhos anteriores se possam acrescentar os esclarecimentos contidos numa planta traçada pelo tenente-coronel engenheiro José de Moraes Antas Machado. Operando na praça de Bragança⁴², em 1791 fez o caminho até Miranda do Douro onde riscou algumas plantas do edifício que fez acompanhar de considerações descritivas relativamente sua integridade física:

«seachaem muitas partes arruinado, especialmente nos vigamentos, soalhos, e madeiramentos de telhados. E para se reparar ligeiramente será necessario gastar, pelo menos, dous contos de reis, isto só a fim

⁴⁰ ANDRADE, 1981: 309

⁴¹ CASTRO, 1947: 51

⁴² RODRIGUES, 1997: 507-531

de evitar a continuação das ruínas, que lhe fazem as agoas da chuva; metendo lhe de novo algumas vigas, ásnas, e soalhos, para que totalmente se não inutilize, como está ameaçando, se não for reparado; porque, querendo reparar se a fundamento, a fim de que fique subsistente para qualquer objecto a que se destine, serão precizos de sete athe outro contos de reis, porque então será necessario fazer lhe absolutamente novos todos os madeiramentos, que por mal construidos vão tirando as paredes exteriores dos seus prumos, como ja tem feito, especialmente a da parte do poente, que ja pende para a rua, mais de dous palmos, e que he para temer em hum edificio tão grande, e que no seu tanto respira magnificencia⁴³».

À edilidade também não agradava ver perder-se, sem glória nem proveito, uma construção de tanta importância pelo que clamaram junto da igreja e da coroa pela possibilidade de funcionar como recolhimento de mulheres ou dar guarida a qualquer manufactura. Mas como a função militar se avantajou a todas as outras hipóteses como decorre do facto de, na Primavera de 1798, ter sido necessário pedir as chaves aos frades trinos, que habitavam o convento vizinho, para abrir as portas a um destacamento que estacionava na cidade. Passado algum tempo, era possível referir danos graves no sobrado e na cobertura, madeiras das janelas do claustro e das portas dos aposentos arrancadas para se fazer lume. Não demoraria muito para que os próprios militares se recusassem a viver no edificio. Então, perante a falta de resposta da hierarquia diocesana aos sucessivos avisos, a Câmara encarou a possibilidade de «pôr em sequestro» parte das rendas da Mitra para, assim, poder estancar a cavalgada da ruína. Só que se confrontou com o avanço da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real que desencadeou o processo como forma de saldar dívidas vencidas.

Conclusão

Tanto a criação de seminários como o tema da residência episcopal foram matérias que ganharam particular acuidade após as orientações reformadoras que se definiram na famosa reunião de Trento. A diocese de Miranda do Douro, uma criação contemporânea do Concílio de Trento, definia-se como um campo onde se esperava que a aplicação de tais princípios fizesse medrar a missão catequética. A necessidade de uma boa formação clerical juntamente com o reforço do papel atribuído aos bispos evidenciaram a necessidade de existência de instalações adequadas, funcionais e também de representação. Mas desde o seu início que o projecto contou com forte oposição das dignidades e cónegos do Cabido bem como dos titulares de comendas em virtude de lhe ter sido imposta uma taxa sobre os rendimentos que auferiam. Por isso, o andamento da construção, planeada, admitimos, pelo arquitecto Teodósio de Frias e

⁴³ B.P.M.P., Reservados, Pt. 24 (10). Uma palavra de agradecimento é devida ao Professor Doutor Joaquim Jaime Ferreira-Alves por nos ter dado notícia da existência desta planta.

dirigida pelos mestres Manuel Quaresma e Domingos da Fonseca, sofreu demoradas interrupções. E embora tivesse havido alturas em que o seminário funcionou numa casa com escassas comodidades, os dados conhecidos apontam para longos períodos em que não se cuidou da formação de novos sacerdotes.

Apesar da configuração física ter sido demorada, tanto a organização interior como o prospecto exterior pautaram-se pela absoluta contenção ornamental. O edifício seria votado ao abandono após a mudança da sede episcopal de Miranda do Douro para Bragança. Na última década da centúria de setecentos manifestava chagas que o incapacitavam para qualquer uso.

Em 1819, com o país à beira da revolução liberal, a referência a um pagamento de 38.000 réis «aos pedreiros que forão a Miranda tapar as portas e janellas do paço episcopal⁴⁴» não significa somente a aceitação da ruína do mais grandioso edifício civil da cidade de Miranda mas também a constatação de que, mesmo em termos da organização religiosa, esta porta do rio Douro e de Portugal, que se alcandorou a cidade no tempo de D. João III, regressava aos constrangimentos da sua antiga condição periférica.

Bibliografia

ANDRADE, António Banha de, 1981 – *A reforma pombalina dos estudos secundários (1759-1771)*, vol. II, Coimbra

BORROMEO, Agostino, 1997 – “I vescovi italiani e l’aplicazione del Concilio di Trento”, in MOZZARELLI, Cesare e ZARDIN, Danilo (orgs.), *I tempi del concilio. Religione, cultura e società nell’Europa tridentina*, Roma, Bulzoni Editore, pp. 27-105

CARDOSO, José, 1994 – *O IV concílio provincial bracarense e D. Frei Bartolomeu dos Mártires*, Braga

CASTRO, Padre José de, 1946, 1947 – *Bragança e Miranda*, vol. I, II, Porto

CUNHA, D. Rodrigo da, 1742 – *Catalogo dos bispos do Porto*, Porto: Na Officina Prototipa Episcopal

RODRIGUES, Luís Alexandre, 1994 – “Algumas notas sobre a acção do Grupo dos Amigos do Museu e Obras de Arte na região de Bragança”. *Brigantia- Revista de cultura*, Bragança, vol. XIV, nº1/2, pp.133-149

RODRIGUES, Luís Alexandre, 1997 – *Bragança no século XVIII. Urbanismo. Arquitectura*, vol. I e II, Bragança

RODRIGUES, Luís Alexandre, 2001 – *De Miranda a Bragança: arquitectura religiosa de função paroquial na Época Moderna*, vol. I, III, Bragança/Porto

RODRIGUES, Luís Alexandre, 2006a – *Arte da talha dourada e policromada no Distrito de Bragança. Documentos. Séculos XVII-XVIII*, Mirandela: João Azevedo Editor

RODRIGUES, Luís Alexandre, 2006b – “Contributos artísticos de estrangeiros na região ocidental de Trás-o-Montes e oficinas locais. Séculos XVI-XVIII”, in FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (Coord.), *Artistas e artífices no mundo de expressão portuguesa*, Porto: CEPSE, pp. 93-111

⁴⁴ A.D.B., Mitra, CX. 3, Lv. 17, fl. 4

SERRÃO, Vítor, 1984/1988 – “Documentos dos protocolos notariais de Lisboa referentes a artes e artistas portugueses (1563-1650)”, *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, Lisboa: III Série, nº90

VITERBO, Sousa, 1988 – *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses*, vol. II, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda

Documentos

«Memorial que fas Manoel Coresma ao Senhor Dom Frei João de Valladares bispo illeito de Miranda sobre as obras do siminario

Manoel Coresma medidor das obras desta cidade de Lisboa foi com o bispo que Deos tem Dom João da Guama omde se lhe arematou a obra que se avia de faser na dita cidade no siminario do ofisio de pidreiro fe se lhe o comtrato em trese dias do mes de Fevereiro da era de mil e seissemptos e desaseis anos ao tempo que se lhe arematou foi depois de se mandarem por éditos em Lisboa e em Sallamanca e se deu a Manoel Coresma pellos mais baixos presos que avia como costa da escretura

esta escretura se fés com todas as sollenidades devidas adestindo a ella as pesoas do cabido deputadas pera corerem com as ditas obras com as trasas aprovadas e asinadas pello bispo e mais pesoas deputadas pera a obra como se ve mais larguamente da escretura

depois de arematada escretura feita se mandou pasar huma provisão pera o coneguo Francisco Luis arsediaгуo de Mirandella que servia de tisoureiro do dinheiro do siminario dar ao mestre Manoel Coresma seissemptos mil reis os coais lhe não deu per que os não tinha e os abades estavam revellados a não paguarem pois a obra se não fasia

Manoel Coresma partia de Miramda pera esta cidade de Lisboa a semana santa do ano asima sem se lhe dar a elle nenhum dinheiro e deixou a provisão em mão de Francisco Luis com precurasão feita a Manoel Collaso mordomo do bispo pera que fose damdo dinheiro as pessas com que Manoel Coresma estava comtratado pera darem os matriais pera a dita obra e o dinheiro se deu em Miramda sem Manoel Coresma estar presente as pesoas abaixo asinadas diguo decllaradas

a Sebastião Fernandez e João Gonsalves camteiros deu Francisco Luis por escritos de Manoel Collaso semto e simquoemta mil reis pera se aremcar pidraria e alvenaria que se chegou a obra muito mais

a Baltesar Gonsalves e Pero Afomso Lobeiro e Julião Visemte reseberão de Francisco Luis outemta e coatro mil reis a comta da cal que avião de dar pera a dita obra da qual puserão muita

a Francisco Martins (?) Pimentel e João Aires reseberão de Francisco Luis setemta mil reis pera tijollo pera ladrilho e emcanamentos de que puserão muita cantidade na obra

Pero Martins carpemteiro resebeu de Francisco Luis vimte coatro mil reis pera comprar madeira pera amdaimos e simpres e fazer taboado pera elles que tudo estava na obra

Miguel Alveres pidreiro resebeu de Francisco Luis quimse mil reis pera comprar feramenta piquaretos allavamcas lenha cordas baldes sestos siramdas fabrica pera a obra o que tudo se meteu nas casas velhas do siminario

soma o dinheiro que se deu a comta da provisão tresentos e coremta e outo mil reis e de todo este dinheiro se derão conhesimentos os omes que o reseberão com fiadores abonados os coais entreguarão as acheguas na obra como se sabe

tanto que chegou a Miramda o bispo Dom João depois de vir da vesita me escreveu que fose a corer com a obra e que fose no Espirito Samto que vinha que ja avia muito dinheiro cobrado e que Francisco Luis o tinha em seu poder quis a minha pouca vventura que elle me faltase amtes de partir desta terá

neste meio tempo que esteve Se Vagamte escrevi ao adaiam e chantre que se querião que fose comesar que iria escreverão em reposta que amdavão com obras da Se que não querião corer com outras ate não ir bispo emllegerão o bispo que Deos tem Dom Frei Francisco Pireira o qual foi a Miramda e tamto que chegou e vio as acheguas na obra lamsou mão de tudo e tomou chaves das casas velhas do siminario omde estava recolhido todas as fabricas da obra e comesou a corer com as obras gastamdo nellas todos os meus matriais e fabrica que nella estavão

mandou chamar a Moncorvo hum Dominguos da Fomsequa que corese com as obras ao qual eu tinha dado prasaria nella e lhe dise que a fise de jornal ho omem lhe respondeu que de jornal a não queria fazer que ella estava comtratada e tinha mestre foi continuamdo com ella sem elle numqua levar jornal amtes pedio ao bispo que se asemtase todos os gastos o bispo mandou asenttar e se forão gastamdo todos os matriais de pedraria alvenaria cal tijollo telha que na obra estava tudo per comta do empreiteiro Manoel Coresma e a madeira e lenha que estava recolhida e mais fabricas estavão fechadas aposamdose de tudo sem ter de ver com nada

queixamdo me disto ao padre mestre Frei Bertollameu de Samto Agostinho e a comde da Vedigueira lhe escreverão cada hum per si ao bispo elle respomdeu a cada hum das sobreditas pessoas que se faria comtas commiguo e me avisaria depois de vir da vesita sosedeu que não tiverão primsipio nem fim as comtas porque Deos fés outra comta com elle

antes de seu fallesimento me tinha mandado pedir o comtrato da obra e os conhesimentos de todas aquellas pessoas que tinham resebido dinheiro a comta das acheguas eu lhe mandei o comtrato da obra e os propios conhesimentos o que tudo se lhe deu e deve estar arecadado e guardado e Dominguos da Fomsequa a quem tudo foi derigido com precurasão minha dira omde estão esses papeis ou a quem os entregou

isso tudo se pasa ao pe da letra sem faltar ponto o que se pede a Vosa Senhoria que visto o comtrato ser feito com todas as sollenidades devida e amdar a preguao tamto tempo sem aver quem a fise mais baixa aja Vosa Senhoria per bem de que a obra cora na forma do meu comtrato com as comdisois e cllausullas delle pera que meu parseiro asenara todo o dinheiro que he despemdido assim em jornais como acheguas que mais vierão e a obra ira per diamte na conformidade do omtrato fasemdo se a medisão della depois de acabada ou cada vês que Vosa Senhoria quiser e com isto ivitara Vosa Senhoria demandas que pode aver pedimdo os entereses da obra se os der pera o que aumente Nosso Senhor a Vosa Senhoria per larguos anos pera dar o seu a seu dono e por as cousas em seu lugar com justisa e resão e achara Vosa Senhoria por esta lembramsa que eu numca tomei dinheiro desta obra em meu poder e quisas estará Vosa Senhoria mal emformado e esta he a verdade⁴⁵.

⁴⁵ A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 37